

Os Guarani-Kaiowá perderam suas terras,
e agora estão perdendo suas vidas...

eu
me
importo!

e
vc?

#GenocídioGuaraniKaiowa

BRASIL

GUARANI KAIOWÁ

Em todas as cinco regiões do país, movimentos sociais e sociedade civil organizada saíram às ruas na sexta-feira, 9/11, para protestar contra o massacre dos índios

Guarani Kaiowá e reivindicar a demarcação imediata de suas terras tradicionais, no Mato Grosso do Sul. Só no estado de São Paulo, mais de dez cidades organizaram o ato nacional em solidariedade à luta indígena, o que também aconteceu em mais de uma dezena de capitais. Nas últimas semanas, a situação limite em que vivem esses povos ganhou repercussão nacional e causou pressão no poder público, que se comprometeu em solucionar o litígio agrário que já se estende por anos entre os índios Guarani Kaiowá e latifundiários da região

CONTINUA INDEFINIÇÃO SOBRE A NOMEAÇÃO DO REITOR

Novamente, até o fechamento desta edição, a comunidade puquiense continuou sem saber qual o nome do reitor escolhido pelo cardeal dentre os três que o Consun lhe enviou. A expectativa da comunidade é que, na quinta-feira, 8/11, por ocasião da realização da reunião ordinária do Conselho Superior da Fundação São Paulo, fosse anunciado o nome escolhido pelo grão-chanceler Dom Odilo Scherer. Porém, segundo informou ao *PUCviva* o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, a decisão sobre o novo reitor é de competência exclusiva do cardeal. Ainda segundo o padre Rodolpho, a primeira pessoa a ser informada da decisão do cardeal será o próprio reitor em exercício, professor Dirceu de Mello.

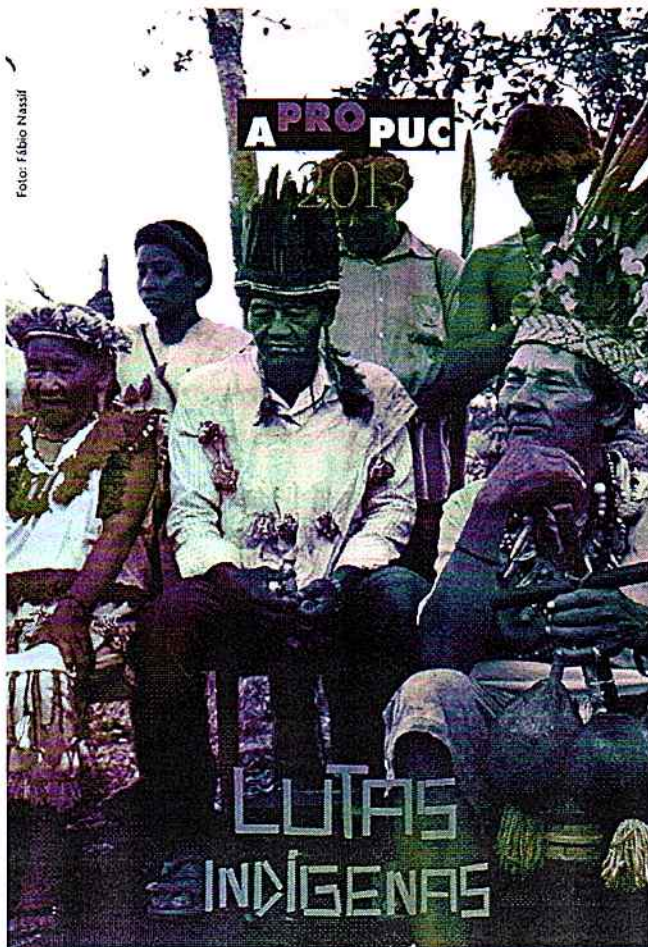
Fala Comunidade

ESTUDANTES MANIFESTAM SUA OPINIÃO SOBRE A
ESCOLHA DO CARDEAL

PAG. 5

PROFESSOR DE JORNALISMO
CRITICA DIREÇÃO DA FAFICLA

PAG. 4



APROPUC presenteia associados com agenda para 2013

A Associação dos Professores da PUC-SP, como faz tradicionalmente ao encerrar-se mais um ano de atividades docentes, está presenteando os seus associados com um kit de agenda e calendário para o ano de 2013.

Neste ano o tema do kit são as lutas que os povos indígenas travam hoje por todo o país. Assunto por demais discutido nos últimos meses, os indígenas constituem-se hoje em populações ameaçadas pelo agro-negócio e pelo sistema capitalista que tem

como mola mestra o lucro, esquecendo-se dos direitos à terra de civilizações milenares, presentes no país muitos séculos antes da chegada dos europeus.

Através de fotos e textos o kit, composto de um calendário de mesa, uma agenda e um calendário de parede, pretende manter viva a memória das lutas desses povos e de suas lutas contra a exploração.

O kit começa a ser distribuído nos escaninhos dos professores associados à entidade na próxima semana.

Consad debate vestibular social

A reunião de sexta-feira, 9/11, do Conselho Superior de Administração discutiu uma das pautas mais importantes em época de abertura de vagas para os cursos da universidade, o vestibular social.

O vestibular social representa uma redução das mensalidades de cursos de baixa procura, como Filosofia, Serviço Social e Letras, entre outros.

O documento em pauta no Consad trazia informações a respeito do vestibular social somente do curso de Filosofia, enquanto a ideia é que os mais diversos cursos possam desfrutar de tal prática para evitar o fechamento de turmas nos inícios de semestres devido ao baixo número de alunos inscritos, tornando o curso mais atrativo.

O padre João Julio Farias Junior expressou a importância do vestibular social para a PUC-SP e de ela contemplar o maior número de cursos que necessitem de tal prática. No entanto, pediu vistas do documento e adiamento da pauta para o próximo encontro do Consad, além de marcar uma reunião com a pró-reitora de Graduação, Marina Feldmann, responsável pelos trâmites do projeto dentro da universidade.

OUTROS ASSUNTOS

Ao final da reunião, o padre Rodolpho Perazzolo aproveitou a presença da professora Sandra Rosa Mraz, diretora da Faficla, para questionar sobre a dificuldade de aprovação de novos cursos de especialização em Jornalismo, que serão ministrados na Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP, a Cogeaec. A professora se manifestou explicando que, por um desencontro de horários, não havia ainda acontecido a reunião entre ela, o professor José Arbex Jr, chefe do departamento de Jornalismo, e o parecerista, que já analisou o projeto e o aprovou.

Após a declaração da professora, os membros do conselho decidiram adiar qualquer discussão sobre o assunto para a próxima reunião, com todos os documentos aprovados em mãos.

O departamento de Jornalismo vem se empenhando há mais de dois anos para viabilizar a reforma da grade curricular de sua especialização, onde serão incluídos cursos como Jornalismo Esportivo, que o departamento espera que seja viabilizado antes dos eventos esportivos programados para os próximos anos no país.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino, Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

AFAPUC responde aos funcionários da SAE

Não entendemos ser consenso dos funcionários da SAE - Secretaria de Administração Escolar - a matéria "Funcionários da SAE Respondem à matéria publicada no *PUCviva*", datada 05/11/2012. Por outro lado não há porque desconsiderar a opinião daqueles funcionários que de uma maneira participativa, porém equivocada, vêm questionar o posicionamento da diretoria da AFAPUC.

Por que afirmamos que estão equivocados? Pelo fato de que, simplesmente alertamos a FUNDASP que as verbas empregadas nas reformas da Clínica Psicológica, CGE e SAE poderiam ser consideradas exorbitantes, por ultrapassarem os padrões de reformas viabilizadas hoje na universidade. É bom que fique claro, em nenhum momento a diretoria da AFAPUC questionou se o setor A, B ou C mereceria uma reforma de modo a propiciar aos trabalhadores condições de segurança e de trabalho.

A AFAPUC foi criada pela iniciativa dos trabalhadores da Universidade com o objetivo de lutar por melhores condições de trabalho, respeito e reconhecimento do trabalhador enquanto sujeito da história da PUC-SP, em uma época difícil na qual alguns colegas argumentavam que os funcionários não eram pagos para expor seus pensamentos, mais sim trabalhar. Trinta e quatro anos se passaram da fundação da AFAPUC, e novamente nos deparamos mais uma vez com esse dilema.

Até que ponto nosso silêncio contribui para a evolução e o crescimento da Universidade? Até que ponto vale a pena nos omitirmos e não questionarmos certos procedimentos, sejam eles de processos de reformas sem um padrão estabelecido ou de possíveis gastos exorbitantes.

Que fique claro que a AFAPUC nos últimos três anos a que se referem os colegas da SAE, em nenhum momento, recebeu denúncia sobre as condições precárias de segurança e

de trabalho a que os funcionários da SAE eram submetidos. A Diretoria da AFAPUC entende que todo setor tem seu responsável ou se não tem, deveria de ter. Não é nossa atribuição dar condições de segurança e trabalho aos funcionários pois esta tarefa é da REITORIA e da FUNDASP.

Após a nossa manifestação os funcionários da SAE informaram a existência de um laudo emitido pelo SESMET-Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho, praticamente interditando o local por risco de segurança, risco de incêndio iminente pois nada poderia ser ligado sob risco de curto-circuito.

Ainda bem que esses colegas entendem que a diretoria AFAPUC tem como papel apoiar os funcionários, lutando por melhores condições de trabalho, pois, uma vez encaminhada qualquer reclamação à entidade, a mesma não tem se furtado encaminhar tais demandas.

Assim tem sido com a Clínica Psicológica que está de mudança para o Pacaembu, sem as mínimas condições de funcionalidade básica para o trabalhador; assim tem sido com os funcionários do Hospital Santa Lucinda-HSL de Sorocaba que estão tendo sobrecarga de trabalho em função da falta da contratação de profissionais, por conta dos baixos salários

iniciais, e de risco à saúde do trabalhador; assim também quando os funcionários da própria SAE se viram diante das agressões dirigidas a eles por alguns alunos que equivocadamente atribuíam ao conjunto da SAE a demora no atendimento, a falta de informação e falha do sistema (RM/TOTVS) adquirido pela Universidade; assim tem sido com a questão do plano de carreira dos funcionários, onde a AFAPUC tem levado constantemente à FUNDASP a necessidade de discussão e implementação de um novo sistema. Assim tem sido nos últimos 5 anos com as causas coletivas e de cunho individual encaminhadas à entidade.

Agora, uma vez exposta pelos colegas a real situação da SAE no que tange à segurança e condições de trabalho dos funcionários, a diretoria da AFAPUC pergunta: Vale a pena por em risco a segurança e a vida dos profissionais que ali trabalham?

Será que todos aqueles profissionais que ali estavam, tinham o devido conhecimento das reais condições que atentavam contra a vida dos mesmos ou somente um pequeno grupo de funcionários detinham essa informação?

Que fique claro, a diretoria da AFAPUC não retira nem uma vírgula do que falou na edição nº 845 do *PUCviva* em função dos padrões de reformas e verbas que podem

ser consideradas exorbitantes. Tal exorbitância nem sempre acontece unicamente pelo gasto elevado da reforma, em alguns casos acontece por interferências externas ao processo de realização do projeto, interferências essas que vão desde a escolha do piso, como a cor do ambiente, na indicação da compra de móveis e materiais somente de uma marca ou de um fornecedor, enfim, como já comentamos, o secretário-executivo da FUNDASP se comprometeu a avaliar a situação, e se necessário tomar as medidas adequadas.

A AFAPUC se solidariza com aqueles trabalhadores da SAE que desconheciam a situação de risco a que estavam expostos, assim também com aqueles trabalhadores que detinham o conhecimento e de certa forma se silenciaram. A diretoria da AFAPUC estará cobrando as devidas providências dos gestores para que fatos como esses não venham mais ocorrer na Universidade. É importante lembrar que o silêncio acima da integridade física das pessoas e da segurança de todos, só contribui para um desastre de consequências imensuráveis o que não ajuda nem a FUNDASP nem a REITORIA, e muito menos a nós mesmos AFAPUC, a evoluir e contribuir para o crescimento desenvolvimento da PUC-SP.

Diretoria da AFAPUC

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

Informes

Espaço Físico da Associação

Festa de Final de Ano

14/11 - Quarta-feira

14h - sala 100 - Prédio novo

FALA COMUNIDADE

SINDICÂNCIA?

Um caso de injustiça, questionamento ético e disputa política

Hamilton Octavio de Souza

Há mais de ano que o Departamento de Jornalismo da PUC-SP está envolto em acirrado debate devido a, originalmente, equívocos cometidos por várias instâncias sobre a ascensão de professores ao quadro de carreira da Universidade. A sequência de erros descambou em oportunismo, injustiça, divergências de posições, pedidos de sindicância, discursos no Consun e até mesmo, mais recentemente, em fator de luta política sobre a criação da Faculdade de Jornalismo - projeto em negociação com a Reitoria e a Fundação São Paulo.

Represado durante vários anos, como tantos outros professores da PUC-SP, o professor Marcos Cripa aguardou pacientemente a reabertura do processo de ingresso no quadro de carreira. Foi, durante anos, o primeiro da fila entre os professores do Jornalismo. Tanto é que, em 2011, quando o Departamento se reuniu para refazer a indicação, seu nome foi aprovado em primeiro lugar, por unanimidade dos professores.

Aí começa a confusão: o Departamento recebeu informação da DRH e da Direção da Faculdade sobre a existência de duas vagas para a categoria assistente mestre. Assim, depois de aprovar o nome do Cripa, colocou em votação o preenchimento da segunda vaga, que poderia ser ocupada por um dos dois

professores que haviam ingressado mais recentemente na Universidade. E a escolha recaiu sobre a professora Célia Mello.

Logo que encaminhou o processo adiante, o chefe do Departamento de Jornalismo, professor José Arbex Jr., foi informado de que havia dúvida sobre a existência de uma ou duas vagas para o Jornalismo, na referida categoria. A essa altura havia consenso absoluto entre os professores do Departamento de que, no caso de uma vaga, seria respeitada a ordem de aprovação do Cripa, que estava na fila antes mesmo da Célia ter sido contratada pela PUC-SP.

A situação se complicou porque o Departamento de Jornalismo acabou ficando com apenas uma vaga a ser preenchida e o Consun entendeu, equivocadamente, que se tratava de uma disputa de dois professores por uma vaga, quando, na verdade, o Departamento havia aprovado o professor Cripa para a primeira vaga, e a professora Célia, para a segunda vaga - se essa vaga se confirmasse.

A deliberação do Consun definiu como regra geral na Universidade que, em caso de "disputa" por vagas, deveria prevalecer o tempo de titulação e não o tempo de casa. Isso mudou o rumo das coisas no Departamento. Até então a professora Célia concordava integralmente com a primazia do Cripa, chegou a informar o chefe do Departamento que iria desistir da indicação para

que fosse seguida a ordem aprovada pelo Departamento, mas, surpreendentemente mudou de posição e passou a dizer que não abriria mão da vaga, que era dela por "mérito" e por "direito".

É evidente que a nova postura da professora Célia, de oportunismo explícito, chocou a maioria dos professores do Departamento:

- primeiro porque ela tinha participado de todo o processo, sabia que o professor Cripa estava na fila há anos, havia votado nele pela ordem de preenchimento das vagas, havia dado a palavra diante de vários professores no sentido de acatar a deliberação do Departamento;

- segundo porque até então estava prevalecendo em todo o processo o diálogo e o bom senso, o entendimento correto de se respeitar a fila dos que tinham sido represados pela própria Universidade;

- terceiro porque, ao mudar de postura, se agarrar à vaga e passar por cima do direito do professor Cripa, a professora Célia não apenas desrespeitou uma decisão unânime do Departamento (e o Regimento da PUC-SP), mas também demonstrou falta de compromisso com a postura ética que se exige de um professor universitário;

- e quarto porque ela se tornou autora direta de uma grande injustiça em relação ao seu colega e professor Cripa - diante dos olhos e sentimentos dos demais professores do Jornalismo.

REAÇÃO À INJUSTIÇA

Felizmente, no Departamento de Jornalismo existem ainda muitos professores que não se calam diante das injustiças, não aceitam o domínio da "Lei de Gerson". Por isso mesmo é que a reação à postura da professora foi imediata e indignada. Vários professores se manifestaram - no grupo do Departamento na internet - contra a atitude da professora Célia Mello, seja por desrespeitar a decisão soberana do Departamento, seja por desrespeitar a fila do acesso à carreira, seja por dar a sua palavra ao coletivo e depois desdizer o que havia dito. O que fazer diante de tais atitudes senão reagir com indignação?

Até então todo o debate sobre esse caso estava restrito ao grupo do Departamento na internet, que é um grupo fechado que funciona há mais de 10 anos e sempre serviu de "meio" de informação, troca de ideias e opiniões e até mesmo para acalorados debates entre os professores. Em mais de 10 anos tivemos inúmeros debates com profundas divergências e conflitos de opiniões - sem que tais entreveros, livres e democráticos, comprometessem o funcionamento do Departamento e as boas relações entre os professores.

Isso tudo acabou no momento em que a professora

continua na próxima página

continuação da
página anterior

FALA COMUNIDADE

Estudantes exigem respeito à democracia nas eleições para reitor da PUC-SP

Célia Mello recolheu, a seu critério, no começo desse ano, mensagens (emails) privadas de vários professores e, com base nesse material, pediu a abertura de sindicância dizendo-se vítima de "assédio moral". Ela interpretou as críticas, os protestos e as manifestações contra a sua atitude, no episódio da vaga de assistente mestre, como sendo um caso de perseguição pessoal.

Meses depois, não satisfeita com o parecer da Comissão Permanente de Sindicância, pelo arquivamento do pedido, e não satisfeita com o parecer da professora parecerista do Consun, também pelo arquivamento do pedido, a professora Célia fez um dramático discurso numa das sessões do Consun, expôs a sua versão pessoal já com o respaldo na Direção da Faficla, que, por sua vez, passou a explorar o caso politicamente, também fazendo uso da violação da correspondência (emails) trocada entre professores.

Está claro que o objetivo da Direção da Faficla é tentar atingir alguns professores do Jornalismo, especialmente para inviabilizar o projeto do Departamento que postula a criação da Faculdade de Jornalismo, em negociação com a Reitoria e com a Fundação São Paulo. O que a professora Célia Mello fez precisa ser visto sob a ótica do desacato aos princípios éticos e ao regimento interno. Não está na índole dos professores da PUC-SP contemporizar com a injustiça. É de se esperar que o Consun não seja conivente com algo tão bizarro!

Hamilton Octavio de Souza é professor do Departamento de Jornalismo.

Puquianas e puquianos,

Em agosto de 2012 passamos pelo habitual processo de escolha direta da Reitoria da PUC-SP, no qual se confirmou a reeleição do atual reitor Dirceu de Mello.

Nos últimos anos, a Fundação São Paulo (Fundasp), mantenedora da PUC-SP, vem reduzindo a autonomia e democracia na universidade através de intervenções diretas por meio do Conselho Superior de Administração (Consad).

Nesse sentido, fortes rumores - intensificados pela demora na indicação do próximo reitor - começaram a circular em outubro nas salas de aulas, departamentos e corredores, indicando que a Fundasp poderá, em decisão inédita, não legitimar a escolha da comunidade e nomear outro candidato que não o primeiro colocado nas eleições.

A PUC-SP foi foco de resistência contra a ditadura militar. Fomos a primeira universidade a escolher nosso reitor por eleições diretas e paritárias, o que já não ocorre com a Fundasp,

uma instituição administrativa e burocrática que não se pauta pela qualidade acadêmica ou pela história política de nossa universidade, e que visa o lucro como objetivo último.

A PUC-SP é uma das únicas universidades parti-

30/11 para nomear o próximo reitor. Nós não podemos aceitar que essa decisão seja tomada, oportunamente, após o término das aulas, o que impossibilitaria qualquer mobilização.

A democracia existe para escolhermos o melhor candidato

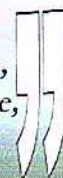
segundo nossa preferência: o reitor deve ser escolhido pelos professores, funcionários e estudantes, que têm como principal interesse a manutenção da PUC-SP como uma universidade plural, aberta, livre e comunitária.

Esta carta é um alerta para tod@s @s estudantes, professores e funcionários! Fiquemos atentos e preparados. A PUC é nossa. A PUC é da comunidade. A PUC é e deve continuar sendo democrática!

Centro Acadêmico Vital Brazil, Centro Acadêmico Fênix, Centro Acadêmico Clarice Lispector, CASS, Centro Acadêmico 22 de Agosto, Grupo UNA, Grupo Construção Coletiva, CARI, CACEX e Centro Acadêmico Benedito Paixão



Escolher um reitor que melhor representa a Fundasp é ir contra a todos os princípios puquianos que fazem parte desta universidade única no Brasil, deslegitimando o histórico de lutas realizadas a favor da liberdade de escolha, de pensamento e, principalmente, a favor da democracia.



culares do país ainda democrática, aberta à comunidade e engajada na defesa da liberdade de pensamento e de produção acadêmica das mais diversas naturezas.

Escolher um reitor que melhor representa a Fundasp é ir contra a todos os princípios puquianos que fazem parte desta universidade única no Brasil, deslegitimando o histórico de lutas realizadas a favor da liberdade de escolha, de pensamento e, principalmente, a favor da democracia.

Dom Odilo, grão-chanceler da PUC-SP, tem até o dia

GAUCHE NA VIDA

Agronegócio e povos tradicionais

Henri Acselrad

As políticas do Estado brasileiro para as áreas de fronteira de expansão do mercado no espaço territorial do país sempre estiveram apoiadas em dois tipos de discurso: o da necessidade de exercer a soberania sobre o território e o da necessidade de desenvolver o país explorando os recursos de grupos ligados a grandes projetos agropecuários. Articularam regularmente suas retóricas: ora argumentaram que há ameaças de internacionalização da Amazônia e de ataque à soberania nacional por trás das demandas por direitos indígenas, ora que inimigos do desenvolvimento nacional, sob a roupagem de defensores do meio ambiente, faziam críticas ao desmatamento para impedir que a população local pudesse competir no mercado. De um lado, evoca-se o exercício da soberania sobre o território para justificar estratégias geopolíticas; de outro, o exercício dos interesses sobre as coisas que o território contém, em nome de estratégias de desenvolvimento.

Desde os anos 1980, esses dois tipos de discurso se combinaram procurando influenciar as políticas territoriais, fundiárias e ambientais delineadas para tais áreas. Mas, pouco a pouco, o discurso do interesse veio ganhando peso ante o discurso da soberania. Essa inflexão ocorreu, por certo, paralelamente às mudanças verificadas no próprio seio do Estado. As políticas de liberalização das economias materializaram-se em privatizações e quebra de barreiras comerciais; grandes corporações brasileiras se internacionalizaram. Assim, a retórica da soberania em relação a potências estrangeiras foi se atenuando, embora ela tenha continuado a ser

evocada e ressignificada, por exemplo, quando aplicada às demandas dos povos indígenas por terra, servindo para justificar tanto ações militares como desenvolvimentistas nas áreas tradicionalmente ocupadas por esses povos. A Portaria n. 303, de 16 de julho de 2012, da Advocacia Geral da União (AGU), por exemplo, contestada como inconstitucional por todas as entidades de representação dos povos indígenas e temporariamente suspensa por solicitação da Funai, procura, a esse propósito, afirmar que, em respeito à "soberania nacional", dever-se-iam construir "bases militares, estradas ou hidrelétricas em áreas demarcadas independentemente de consulta às comunidades indígenas".

Fato é que a lógica dos interesses vem estendendo sua vigência de forma acelerada sobre áreas que estiveram até aqui mais ou menos ao abrigo dos mecanismos de mercado. É o que demonstram, ao lado da acima mencionada portaria da AGU, as investidas dos representantes do agronegócio contra o Código Florestal e os debates em curso para a reconfiguração do Código de Mineração. Um papel estatal mais ativo se está procurando desenhar, de modo a redefinir as condições de extensão dos limites socioterritoriais onde vigorarão regras mercantis, seja para os mercados de terras, da exploração mineral ou energética e onde essas regras não vigorarão - ou delas estarão de algum modo protegidas -, como em reservas extrativistas, quilombos e áreas de reserva legal.

Não por acaso, as terras hoje vistas como tendo maiores perspectivas de valorização no país, segundo consultores de investimento em terras, são aquelas ao mesmo tempo próprias para o plantio de grãos e situadas nessas áreas de fronteira. Isso porque, a partir de 2008, com a elevação dos preços

dos alimentos e da demanda mundial por agrocombustíveis, os monopólios do agro se "territorializaram" - ou melhor, "aterrizaram" -, admitindo imobilizar capital em terras, a despeito da baixa liquidez desse mercado, atuando, assim, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária.

É nesse contexto que temos visto, com frequência crescente, representantes do ruralismo passarem a identificar os povos e comunidades tradicionais como os novos adversários de seu pretense projeto de "combate à fome pelo agronegócio". São as terras tradicionalmente ocupadas o novo alvo dos grandes interesses econômicos do agronegócio. As comunidades que as ocupam passam a ser objeto de investidas para sua deslegitimação, assim como de esforços destinados a isolá-las das demais forças sociais e políticas, inclusive daquelas situadas no próprio campo dos grupos subalternos.

Segundo esses ideólogos, os povos tradicionais estariam protagonizando uma "inversão de direitos", pois "o conceito de quilombo estaria golpeando o já combalido direito de propriedade", fazendo que a propriedade se torne "tribal, coletiva ou comunitária, para não dizer neocomunista". Tal investida ideológica teria por finalidade atrair setores da pequena propriedade rural para cerrar fileiras contra os direitos territoriais específicos - plenamente reconhecidos na Constituição de 1988 - pleiteados por comunidades étnicas e tradicionais. Procuram dividir o bloco dos subalternos, tentando opor direitos universais à terra a direitos específicos a territórios. Ações dessa ordem são, por sua vez, complementares aos esforços de atrair o Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para acordos com agentes do agronegócio, como é o caso do projeto "Assentamentos Sustentáveis com Agroflorestas e Biodiversidade", pelo qual uma grande empresa monocultora de eucalipto alega pretender ensinar às famílias de sem-terra assentadas processos técnicos e organizacionais que as empresas, elas próprias, se recusam a aplicar em suas propriedades, a saber, a "produção de alimentos com base nos princípios agroflorestais e agroecológicos e na organização social". Segundo o site dessa empresa, "o histórico processo de desenvolvimento rural brasileiro, a luta pela Reforma Agrária no Extremo Sul da Bahia e a ocupação de seis fazendas da Empresa Fibria Celulose, pelo MST, desencadeou um diálogo entre a empresa e as famílias acampadas"² que teria resultado na transferência - poderíamos dizer, desse "não saber" - da empresa para os camponeses.

Num esforço de dividir o bloco dos trabalhadores do campo, observa-se o recurso a um manejo irônico da linguagem - "empresas de monocultura do eucalipto ensinam agroecologia ao campesinato sem terra" - por parte de corporações cujos negócios dependem fortemente da subtração ou subordinação dos espaços ocupados pelo campesinato e os povos tradicionais. Trata-se de recurso análogo ao dos projetos ditos de "educação ambiental" oferecidos a pescadores impossibilitados de pescar pelo avanço territorial da cadeia do petróleo-petroquímica ou das empresas do setor elétrico que dizem oferecer projetos de "desenvolvimento sustentável" para os índios do Xingu, rio cujas águas, em certas áreas, deixarão de correr em razão da construção de Belo Monte. Esses

continua na próxima página

continuação da
página anterior

são alguns exemplos de como muitas corporações têm, com frequência, recorrido ao que Vladimir Safatle considera o "cinismo como modo hegemônico de racionalização nas esferas de interação social do capitalismo contemporâneo, conformando procedimentos de justificação a interesses não revelados"³.

A experiência recente mostra, porém, que os diferentes esforços destinados a dissociar e opor entre si as perspectivas dos diferentes movimentos sociais no campo têm se chocado com a adesão destes a um duplo critério de justiça, no sentido de Nancy Fraser -aquele que articula lutas por distribuição a lutas por reconhecimento.⁴ São os próprios atores sociais que dão sinais de estar efetuando essa articulação, tal como configurado no Encontro dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília em agosto, que incluiu em sua pauta, ao lado da "reforma agrária ampla e de qualidade com transição agroecológica", a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, assim como das comunidades tradicionais que têm a terra como meio de vida e de afirmação de sua identidade sociocultural.

Henri Acselrad é professor do Ippur/UFRJ e pesquisador CNPq

1-Nelson Ramos Barretto, *A revolução quilombola*, Artipress, São Paulo, 2008, p.12-13.

2-Disponível em: www.sfbria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2012mai31.d.htm.

3-Vladimir Safatle, *Cinismo e falência da crítica*, Boitempo, São Paulo, 2008.

4-Nancy Fraser, "Igualdade, identidades e justiça social", *Le Monde Diplomatique Brasil*, jun. 2012. <http://www.diplomatique.org.br>

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Grito Guarani Kaiowá ecoa pelas ruas do Brasil

Movimentos sociais e entidades da sociedade civil de todo Brasil foram às ruas, na sexta-feira, 9/11, marchar em defesa da demarcação das terras tradicionais dos índios Guarani Kaiowá, situadas no Mato Grosso do Sul.

O ato nacional, convocado pelo Comitê Internacional de Solidariedade aos Povos Guarani Kaiowá e pela Aty Guasu, assembleia máxima de deliberação indígena, aconteceu em mais de 10 capitais e em quase 40 cidades do país, se espalhando pelas cinco regiões do Brasil.

Só em São Paulo foram 14 cidades que realizaram a manifestação, como no lito-

ral, em Santos, e na capital, onde os manifestantes se encontraram na Av. Paulista em frente ao MASP. Entre outros estados que também fizeram parte dessa mobilização estão Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em meio a toda essa diversidade de lugares onde o ato nacional foi realizado, porém, um grito ecoou num só tom: "pelo fim do massacre e pela demarcação imediata das terras dos Guarani

Kaiowá".

Foi esse o principal mote das manifestações, que, mesmo antes de acontecerem, exerceram forte pressão sobre o poder público, o que fez com que a própria ministra dos direitos humanos, Maria do Rosário Nunes, recebesse uma comissão representante dos Guarani Kaiowá em seu gabinete para discutir essa questão que vem se agravando no último ano e que tem tido repercussão até mesmo internacional. Na ocasião, ela se comprometeu em intensificar os estudos para demarcação das terras Guarani Kaiowá o mais rápido que possível.

Movimentos Sociais se reúnem contra série de homicídios em SP

Na quinta-feira, 8/11, movimentos sociais realizaram uma reunião unificada com o objetivo de organizar ações para combater e denunciar a violência cometida contra a população de São Paulo, principalmente a parcela jovem, negra e moradora da periferia.

O evento aconteceu no Sindicato dos Advogados de São Paulo e contou com presença de vários movimentos, como Cordão da Mentira, Mães de Maio, Rede 2 de Outubro, UNEafro e Movimento Negro Unificado.

Durante o encontro foram apresentados todos os casos recentes de mortes na cidade de São Paulo. O intuito é formar uma comissão independente e popular para acompanhamento dos

casos de violência, das vítimas e de seus familiares. Além disso, construiu-se um documento unificado contra o genocídio, por meio do qual foram feitos encaminhamentos políticos e jurídicos.

Essa frente de movimentos sociais, que realizou outras reuniões sobre o tema durante o mês de outubro, tem como meta principal traçar medidas nacionais contra o genocídio que vem ocorrendo em diversas periferias de todo o país.

Embora sua atuação esteja situada no estado de São Paulo, uma série de análises apontou para a gravidade da situação em todo o Brasil, onde a militarização da polícia e do Estado é cada vez maior.

Frente debate drogas e direitos humanos

Movimentos sociais, entidades de classe e organizações não governamentais realizaram no dia 8/11, na sede do Conselho Regional de Psicologia, na capital paulista, um seminário para o lançamento da Frente Drogas e Direitos Humanos de São Paulo.

O grupo atuará localmente e buscará debater e propor políticas públicas sobre drogas, pautadas pelo respeito aos direitos humanos.

A iniciativa que agora se consolida em São Paulo, cujo objetivo, segundo uma das integrantes, é aproximar a atuação e o debate do cotidiano das pessoas, já existe em outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

ROLA NA RAMPA

Professor recebe prêmio de Direitos Humanos

O professor Leonardo Sakamoto, do Departamento de Jornalismo e coordenador da ONG Repórter Brasil, foi um dos vencedores da 16ª edição do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, entregue pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, que desde 1996 visa reconhecer pessoas e

entidades que trabalhem para a promoção e a defesa dos direitos humanos e sociais. Além de Sakamoto, o jornalista André Caramante, repórter do caderno policial da Folha de S. Paulo, o rapper Mano Brown e o projeto Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) também foram premiados.

Videoteca apresenta novos projetos culturais

A Videoteca e o projeto Interarte Cultura promovem diversos projetos culturais na universidade até dezembro. A exposição "Coletâneas", da artista visual Cristina Suzuki, ficará na Biblioteca Nadir Kfoury até o dia 15/12 e apresenta séries inéditas vindas do cotidiano e influenciada por músicas muito presentes em seus diálogos visuais, com instalações, objetos, fotografias e vídeos com temática das mais variadas faces do contemporâneo. Já a exposição fotográfica "Igrejas da América", de Pahe Bleasby, apresenta imagens de igrejas

da América Latina (exceto o Brasil) e resultado da extensa pesquisa de campo do fotógrafo que percorreu cerca de 25.000 km do continente sulamericano. A mostra ficará até o dia 1/12 exposta no campus Barueri. A terceira exposição, "Réquiem a Gaia", do artista plástico Walter Miranda, ficará até o dia 23/11 no campus Consolação, com obras que mostram a divergência entre a produção industrial e preservação do meio ambiente. Mais informações pelo telefone 3670-8024 ou pelo site www.pucsp.br/videoteca.

Pastoral Universitária promove campanhas solidárias

A Pastoral Universitária realizará duas campanhas neste final de ano. A primeira, o Natal dos Sonhos, será no dia 24/11, às 9h, na Rua Major Maragliano, 191, na Vila Mariana, em São Paulo, sendo o dia da grande arrecadação de brinquedos em todos os campi da PUC-SP, com caixas posicionadas nas entradas da universidade e também na sala da Pastoral, no Prédio Novo do campus Monte

Alegre, e em diversas igrejas católicas. Já o Dia Nacional da Coleta de Alimentos será no sábado, 10/11, entre 8h e 18h. É possível se voluntariar para auxiliar a campanha, independente de disponibilidade durante o evento inteiro. Para se inscrever, basta enviar e-mail para pastoralpuc@pucsp.br ou ligar para 3670-8557 e informar sua disponibilidade de horários.



O mar é tema de ensaio fotográfico

O fotógrafo e professor do Departamento de Jornalismo Cristiano Burmester lança seu livro "Conhecendo o Mar do Brasil - Litoral e Ilhas", no dia 12/11, segunda-feira, entre 18h30 e 21h30, na Livraria Cultura (Avenida Paulista, 2073). O livro, publicado pela editora Senac São Paulo, traz mais de 150 imagens de ilhas, mangues e praias

de mais de 8 mil quilômetros da costa litorânea brasileira. Burmester, fotógrafo há mais de 20 anos, em 2009 lançou seu primeiro livro "Conhecendo o Mar do Brasil: fauna e flora submarina", pela mesma editora, além de contar com mais de 200 fotorreportagens pelo Brasil, Ásia e África em terra e debaixo d'água em seu vasto currículo.

Eleições agitam final de semestre

Os centros acadêmicos Benevides Paixão (Jornalismo) e 22 de Agosto (Direito) realizaram as eleições para as respectivas gestões 2013 nas últimas semanas. Na quinta-feira, 1/11, a apuração dos votos do segundo turno das eleições do Direito definiu que o Grupo Uma Nova Atitude (UNA) será a nova gestão do Centro Acadêmico, ganhando da atual gestão, Disparada, por apenas um voto de diferença. Já na sexta-feira, 9/11, a única chapa inscrita para concorrer ao processo eleitoral, Rê Bordosa, foi eleita para o Centro Acadêmico Benevides Paixão.

NACI discute revoltas no mundo árabe

O Núcleo de Análise de Conjunção Internacional, dos Programas de Estudos Pós-Graduados em Economia Política e em Ciências Sociais, realizará palestra com o tema "As revoltas no Mundo Árabe e a política externa brasileira". O palestrante será o professor Reginaldo Nasser, especialista nas relações com os países árabes, no dia 14/11, entre 14h e 16h30, na sala 304 do Prédio Novo. O professor também explicará um pouco sobre seu último artigo, "Turbulências no mundo árabe: rumos a uma nova ordem".

Abertas inscrições para o vestibular 2013

As inscrições para o vestibular de verão 2013 da PUC-SP já estão abertas através do site oficial da universidade, e ficarão disponíveis até o dia 22/11. A prova acontecerá no dia 2/12,

e os resultados serão divulgados a partir do dia 18/12. O edital, o manual do candidato, assim como outras informações estão disponíveis no portal www.vestibular.pucsp.br.